



Manifesto das Centrais: Força Sindical, UGT, CGTB, Nova Central e do Movimento Estudantil: UGES e UMESPA, que fazem alerta às autoridades para os graves problemas enfrentados pela população do Brasil e particularmente do Rio Grande do Sul.

1. Prova de que o emprego está em queda livre no País são os números projetados por especialistas, segundo os quais o Brasil perdeu entre 80 e 135 mil postos formais de trabalho apenas no mês de março, a mais severa leva de demissões para o mês dos últimos 24 anos.
2. A taxa de desemprego no trimestre móvel encerrado em fevereiro deste ano foi estimada em 10,2% para a totalidade do país, ficando 1,2 ponto percentual acima da taxa do trimestre encerrado em novembro de 2015 (9%) e superando a do mesmo trimestre do ano anterior, que havia sido de 7,4%. O Brasil tem hoje **10,4 milhões** de pessoas sem ocupação.
3. Os dados indicam que o número de empregados com carteira assinada no setor privado apresentou queda de 1,5% frente ao trimestre de setembro a novembro de 2015 (menos 527 mil pessoas). Na comparação com igual trimestre do ano anterior, a redução foi de 3,8% (menos 1,4 milhão de pessoas).
4. Em vez de contratar, as empresas, graças à baixa produção e para reduzir seus custos, estão demitindo. Os juros altos e a inflação travam o comércio, que, por isto, também demite, afetando e travando outros setores, o que dificulta a retomada do crescimento econômico do País.
5. Muito desta situação deve-se à falta de diálogo do governo com os representantes dos trabalhadores e dos empresários, para que as decisões visando o desenvolvimento da indústria, do comércio e do setor de serviços, para só citar alguns setores, sejam tomadas em consenso.
6. O custo social e econômico da taxa Selic, mantida nos atuais 14,25% para conter uma inflação que não cede, tem se revelado ineficiente e muito caro para o País. Infelizmente o governo, conservador, vem minando nossas esperanças de uma recuperação no curto prazo. Para o desempregado e sua família, o desemprego traz a insegurança e uma sensação de inutilidade. O desemprego, ainda, é fator do aumento da desagregação familiar e da violência.
7. Aqui no Rio Grande do Sul, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu uma liminar favorável ao Estado em relação ao pagamento da dívida com a União. Pela decisão, a cobrança das parcelas deverá ser feita com juros simples em vez dos juros sobre juros (capitalizados) e, além disso, a União está proibida de aplicar sanções ao Governo do Estado em caso de atraso no pagamento da parcela mensal da dívida, que hoje é de R\$ 278 milhões, como já fez, ao bloquear as contas e levar a medidas extremas como o parcelamento dos salários por aqui.



8. Além de sacrificar o nosso povo com medidas nefastas, a intransigência do governo federal em relação à dívida patrocinou o total engessamento do governo estadual e dos serviços públicos, privando os cidadãos dos seus direitos de ter acesso a segurança, saúde, educação, cultura.
9. No tocante a educação, o começo das aulas em 2016, já está marcado pelo descaso do governo Sartori com a educação pública gaúcha, não faltaram problemas: salários parcelados, falta de transporte escolar, falta de professores, falta de estrutura nas escolas, fechamento de turmas e mudança nos períodos.
10. Os professores começaram o ano letivo com o salário de fevereiro parcelado, um desrespeito ao servidor público, o Governo Estadual segue preferindo arrochar os trabalhadores em vez de pressionar o Governo Federal pela renegociação da dívida do estado e que cumpra seu papel de ajudar a pagar o piso nacional dos professores.
11. Além de não pagar os salários em dia, a falta de professores é grande em todo o estado, por exemplo, a Escola Parobé, em Porto Alegre, onde faltam professores de física, literatura, filosofia e sociologia; a Escola Cruz de Malta, em Charqueadas, onde falta professor de inglês; e a Escola Padre Efren, de Vacaria, onde falta professor de história, entre tantas outras.
12. Mais de 7 mil alunos ficaram sem ir a aula no primeiro dia do ano letivo, por falta de transporte escolar nos municípios de Gravataí, Encruzilhada do Sul, Pinheiro Machado, São Jerônimo, Cacequi e Jarí, os estudantes da Escola Protásio Alves de Porto Alegre tiveram o início de suas aulas adiadas, pois as obras após a tempestade de janeiro ainda não haviam sido concluídas. Sem as estruturas nas escolas será inviável uma educação de qualidade, só na rede pública estadual, 11,6 % das escolas não possuem biblioteca, 53% das escolas não têm laboratório de ciências, 11,6% sem laboratório de informática e 30% não possuem refeitório.
13. Outra surpresa que tivemos foi a mudança das matérias de Educação Física e Ensino Religioso, que antes eram no turno inverso, para o mesmo turno. Em cada escola foi diferente esta implementação, a maioria tirou períodos de Matemática, diminuindo de 4 para 2 que é o caso por exemplo da Escola Alcides Cunha em Porto Alegre. O Ensino Religioso por lei não é obrigatório, além disso, tirar períodos das outras matérias prejudica muito os estudantes gaúchos, precarizando ainda mais uma formação já com muitos problemas, que não prepara os estudantes para enfrentar os desafios do vestibular, do Enem ou do mercado de trabalho.



14. A crise da segurança pública vem afetando muito os estudantes gaúchos, os assaltos ocorrem na frente, ao redor, ou até mesmo dentro das escolas. Na segunda semana de aula, um estudante de 17 anos foi esfaqueado em frente à Escola Presidente Roosevelt em Porto Alegre. Agora com a volta das aulas, tem novamente aglomerações de estudantes, que com essa crise são o alvo mais fácil para os assaltantes. Precisamos de uma ação política que resolva a segurança em torno das escolas, principalmente no momento de entradas e saídas dos alunos.
15. Nós, do Movimento Sindical e Movimento Estudantil, pretendemos nos manter unidos contra toda medida que prive os trabalhadores de seus direitos, sejam eles, do campo e da cidade, do serviço público e da iniciativa privada, ativos e inativos, contra a sangria nas contas públicas patrocinadas pelo Governo Federal cobrando uma melhor distribuição dos recursos em favor dos brasileiros e não do sistema financeiro. A nossa luta segue junto trabalhadores!

Paulo Barck
Presidente da UGT

Marcelo Avencurt Furtado
Presidente em exercício da Força Sindical

Josiane Oliveira
Presidente da CGTB

Erick Pimentel
Presidente da UMESPA

Oniro da Silva Camilo
Presidente da NCST/RS

Marcos Adriano Prestes
Presidente da UGES